

REQUISITOS UNIFORMES PARA MANUSCRITOS SUBMETIDOS ÀS REVISTAS BIOMÉDICAS: EDIÇÃO E REDAÇÃO DE PUBLICAÇÕES BIOMÉDICAS

ATUALIZADOS EM ABRIL DE 2010

ÉTICA DE PUBLICAÇÃO: PATROCÍNIO, AUTORIA E RESPONSABILIDADE: COMITÊ INTERNACIONAL DE EDITORES DE REVISTAS MÉDICAS

As seguintes informações estão disponíveis para serem vistas e impressas em formato pdf:

- I. Declaração de Propósito
 - A. Sobre os Requisitos Uniformes
 - B. Usuários Potenciais dos Requisitos Uniformes
 - C. Como Usar os Requisitos Uniformes
 - II. Considerações Éticas na Conduta e no Relato de Pesquisa
 - A. Autoria e Contribuição
 - 1. Autores Responsáveis pelo Artigo
 - 2. Colaboradores Citados nos Agradecimentos
 - B. Editoração
 - 1. O Papel do Editor
 - 2. Liberdade Editorial
 - C. Revisão por Pares
 - D. Conflitos de Interesse
 - 1. Potenciais Conflitos de Interesse Relacionados ao Comprometimento de Autores Individuais
 - 2. Potenciais Conflitos de Interesse Relacionados ao Projeto de Apoio
 - 3. Potenciais Conflitos de Interesse Relacionados ao Comprometimento de Editores, à Equipe da Revista ou aos Revisores
 - E. Privacidade e Confidencialidade
 - 1. Pacientes e Participantes do Estudo
 - 2. Autores e Revisores
 - F. Proteção dos Seres Humanos e dos Animais na Pesquisa
 - III. Aspectos Editoriais e de Publicação Relacionados às Revistas Biomédicas
 - A. Obrigação de Publicar Estudos Negativos
 - B. Correções, Retratações e "Expressões de Preocupação"
 - C. Direitos Autorais
 - D. Sobreposição de Publicações
 - 1. Submissão Múltipla
 - 2. Publicação Redundante
 - 3. Aceitação de Publicação Secundária
 - 4. Manuscritos Concorrentes Baseados no mesmo Estudo
 - a. Diferenças nas Análises ou Interpretações
 - b. Diferenças nos Métodos de Relato ou Resultados
 - 5. Manuscritos Concorrentes Baseados no mesmo Banco de Dados
 - E. Correspondência
 - F. Suplementos, Questões-Tema e Série Especial
 - G. Editoração Eletrônica
 - H. Publicidade
 - I. Revistas Médicas e os Meios de Comunicação
 - J. Obrigatoriedade do Registro de Ensaio Clínicos
- IV. Preparação e Submissão de Manuscrito
 - A. Preparando um Manuscrito para Submissão às Revistas Biomédicas
 - 1. a. Princípios Gerais
 - b. Diretrizes para Relatórios de Estudo Específico
 - 2. Página-Título
 - 3. Página de Notificação de Conflitos de Interesse
 - 4. Resumo e Palavras-chave
 - 5. Introdução
 - 6. Métodos
 - a. Seleção e Descrição dos Participantes
 - b. Informações Técnicas
 - c. Estatística
 - 7. Resultados
 - 8. Discussão
 - 9. Referências
 - a. Considerações Gerais sobre as Referências
 - b. Estilo e Formato das Referências
 - 10. Tabelas
 - 11. Ilustrações (Figuras)
 - 12. Legendas para Ilustrações (Figuras)
 - 13. Unidades de Medida
 - 14. Abreviaturas e Símbolos
 - B. Envio do Manuscrito à Revista
- V. Referências
 - A. Referências Impressas Citadas neste Documento
 - B. Outras Fontes de Informações Relacionadas às Revistas Biomédicas
- VI. Sobre o Comitê Internacional de Editores Médicos
- VII. Autores dos Requisitos Uniformes
- VIII. Uso, Distribuição e Tradução dos Requisitos Uniformes
- IX. Questionamentos

I. DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO

I. A. Sobre os Requisitos Uniformes

Um pequeno grupo de editores das principais revistas médicas reuniu-se informalmente em Vancouver, *British Columbia*, em 1978, para estabelecer diretrizes para o formato dos manuscritos submetidos às suas revistas. Este grupo ficou conhecido como o Grupo de Vancouver. Seus requisitos para manuscritos, incluindo formatos para referências bibliográficas desenvolvidos pela *National Library of Medicine* (NLM), foram publicados pela primeira vez em 1979. O Grupo de Vancouver expandiu-se e evoluiu para o Comitê Internacional de Editores Médicos, *International Committee of Medical Journal Editors* (ICMJE), que se reúne anualmente. O ICMJE foi gradualmente ampliando suas preocupações para incluir princípios éticos relacionados à publicação em revistas biomédicas.

O ICMJE produziu várias edições dos Requisitos Uniformes para Manuscritos Submetidos a Revistas Biomédicas. Ao longo dos anos, surgiram questões que vão além da preparação do manuscrito, resultando no desenvolvimento de uma série de declarações em separado sobre a política editorial. Todo o documento sobre requisitos uniformes foi revisto em 1997; seções foram atualizadas em maio de 1999 e em maio de 2000. Em maio de 2001, o ICMJE revisou as seções relacionadas ao potencial conflito de interesses. Em 2003, o Comitê revisou e reorganizou todo o documento e incorporou-o às demonstrações em separado ao texto. O Comitê preparou a presente revisão em 2010.

O conteúdo total dos Requisitos Uniformes para Manuscritos Submetidos aos Periódicos Biomédicos pode ser reproduzido para fins educacionais, sem fins lucrativos, respeitando os direitos do autor; o comitê encoraja a distribuição do material.

Revistas que concordam em usar os requisitos uniformes são encorajadas a declarar em suas instruções aos autores que suas necessidades estão em conformidade com o Requisito Uniforme e citar esta versão. Revistas que desejam ser listadas no site www.ICMJE.org como uma publicação que segue os requisitos uniformes devem contatar a secretaria do ICMJE.

O ICMJE é um pequeno grupo de trabalho das revistas médicas, em geral, e não uma organização aberta. Ocasionalmente, o ICMJE irá convocar um novo membro ou convidado quando a comissão considerar que a revista ou organização oferecerá uma nova perspectiva. As organizações associativas abertas para os editores e outras publicações biomédicas incluem a Associação Mundial de Editores Médicos, www.wame.org, o Conselho de Editores Científicos (www.councilscienceeditors.org/), e a Associação Europeia de Editores Científicos (www.ease.org.uk).

I. B. Usuários Potenciais dos Requisitos Uniformes

O ICMJE criou os Requisitos Uniformes principalmente para ajudar os autores e editores em sua tarefa mútua de criação e distribuição precisa, clara e de fácil acesso aos relatórios de estudos biomédicos. As seções iniciais dirigem-se aos princípios éticos relacionados ao processo de avaliação, para melhorar a publicação de manuscritos em periódicos biomédicos e as relações entre editores e autores, revisão de pares e os meios de comunicação. As últimas seções tratam de aspectos mais técnicos da preparação e apresentação de manuscritos. O ICMJE acredita que todo o documento é relevante, no que diz respeito a ambos, autores e editores.

Requisitos Uniformes podem fornecer, a muitas partes intervenientes – revisores, editores, a mídia, os pacientes e suas

famílias, e leitores em geral – um discernimento útil à autoria biomédica e ao processo de edição.

I. C. Como Usar os Requisitos Uniformes

Os requisitos uniformes declaram os princípios éticos na conduta e elaboração de relatórios de pesquisa e fornecem recomendações relacionadas a elementos específicos de edição e escrita. Estas recomendações são baseadas em grande parte na experiência compartilhada de um número moderado de editores e autores, reunida ao longo de muitos anos, em vez de resultados de investigação metódica e planejada, que aspira ser “baseada em evidências”. Sempre que possível, as recomendações são acompanhadas por uma lógica que as justifique; tais como, o documento serve a um propósito educacional.

Autores acharão útil seguir as recomendações neste documento, sempre que possível, porque, como descrito nas explicações, isso melhora a qualidade e clareza do relato em originais submetidos a qualquer revista, bem como a facilidade de edição. Ao mesmo tempo, cada revista tem requisitos editoriais adequados especificamente para seus propósitos. Autores, portanto, precisam familiarizar-se com as Instruções aos Autores, específicas para a revista que escolheram para seu manuscrito – por exemplo, os temas adequados para aquela revista e os tipos de artigos que podem ser submetidos (por exemplo, artigos originais, revisões, ou relatos de casos) – e devem seguir as instruções.

II. CONSIDERAÇÕES ÉTICAS NA CONDUTA E NO RELATO DA PESQUISA

II. A. Autoria e Contribuição

II. A. 1. Autores Responsáveis

Um “autor” é geralmente considerado como sendo alguém que fez substanciais contribuições intelectuais para um estudo publicado, e a autoria biomédica continua a ter importantes implicações acadêmicas, sociais e financeiras (1). *Um autor deve assumir a responsabilidade de pelo menos um componente do trabalho, e ser capaz de identificar quem é responsável pelos outros componentes, e idealmente, deve estar confiante na capacidade de seus coautores e em sua integridade.* No passado, os leitores raramente recebiam informações sobre contribuições aos estudos de pessoas listadas como autores ou nos Agradecimentos (2). Algumas revistas agora solicitam e publicam informações sobre as contribuições de cada pessoa nomeada por ter participado de um estudo apresentado, pelo menos para o original de pesquisa. Os editores são fortemente encorajados a desenvolver e implementar uma política de contribuição, bem como uma política de identificação de quem é responsável pela integridade do trabalho como um todo.

Embora as políticas de contribuição e responsabilidade obviamente removam muito da ambiguidade em torno das contribuições, eles deixam a questão não resolvida da quantidade e qualidade da contribuição que qualifica a autoria. O ICMJE recomenda os seguintes critérios para autoria; estes critérios ainda são apropriados para revistas que distinguem autores de outros contribuidores.

- O crédito de autoria deve ser baseado em 1) substanciais contribuições para a concepção e aquisição de design, de dados, análise ou interpretação de dados, 2) elaboração do artigo ou revisão crítica do conteúdo intelectual e 3) aprovação final da versão a ser publicada. Os autores devem atender às condições 1, 2 e 3.

- Quando um grupo multicêntrico grande conduz o trabalho, o grupo deve identificar os indivíduos que aceitaram a responsabilidade direta pelo manuscrito (3). Estes indivíduos devem satisfazer plenamente os critérios de autoria/contribuição, definidos acima, e os editores solicitarão que esses indivíduos definam o autor específico da revista e o conflito de interesses das formas de divulgação. Ao apresentar um manuscrito de autoria de um grupo, o autor correspondente deve indicar claramente a citação preferencial e identificar todos os autores individuais, bem como o nome do grupo. As revistas geralmente listam outros membros do grupo nos Agradecimentos. A NLM indexa o nome do grupo e os nomes dos indivíduos que o grupo identificou como sendo diretamente responsáveis pelo manuscrito, e também lista os nomes dos colaboradores, se eles estiverem listados nos Agradecimentos.

- Aquisição de financiamento, coleta de dados ou supervisão geral do grupo de pesquisa por si só não constitui autoria.

- Todas as pessoas designadas como autores devem qualificar-se para autoria e todos aqueles que se qualificarem devem ser listados.

- Cada autor deve ter participado suficientemente do trabalho para assumir responsabilidade pública por partes do conteúdo.

Algumas revistas também solicitam agora que um ou mais autores, referidos como "avalistas", sejam identificados como as pessoas que assumiram a responsabilidade pela integridade do trabalho como um todo, desde o início do artigo publicado, e que publique essa informação.

Cada vez mais, a autoria de estudos multicêntricos é atribuída a um grupo. Todos os membros do grupo que são nomeados como autores devem satisfazer plenamente os critérios acima para a autoria/contribuição.

O grupo deve tomar decisões em conjunto sobre colaboradores/autores antes de enviar o manuscrito para publicação. O autor correspondente/contribuidor deve estar preparado para explicar a presença e a ordem desses indivíduos. O papel dos editores não é tomar decisões de contribuição pela autoria/contribuição ou arbitrar conflitos relacionados à autoria.

II. A. 2. Colaboradores Citados nos Agradecimentos

Todos os contribuintes que não cumprem os critérios de autoria devem ser listados em uma seção de agradecimentos. Exemplos de pessoas que possam ser reconhecidas incluem uma pessoa que forneceu ajuda puramente técnica, assistência escrita ou um presidente de departamento que forneceu apenas apoio geral. Os editores devem solicitar que os autores correspondentes declarem se eles tinham assistência com o desenho de estudo, dados da coleta, análise de dados ou na preparação do manuscrito. Se tal assistência estava disponível, os autores devem revelar a identidade dos indivíduos que forneceram essa assistência e a entidade que o apoiou no artigo publicado. Apoio financeiro e material também deve ser reconhecido.

Grupos de pessoas que contribuíram materialmente para o manuscrito, mas cujas contribuições não justifiquem autoria, podem ser listados sob títulos como "investigadores clínicos" ou "investigadores participantes", e sua função ou contribuição deve ser descrita, por exemplo, "serviu como conselheiro científico", "revisaram criticamente a proposta do estudo", "coletaram dados", "providenciou e prestou cuidados ao estudo de pacientes". Devido aos leitores poderem inferir seu endosso nos dados e conclusões, essas pessoas devem dar por escrito permissão para serem reconhecidas.

II. B. Editoria

II. B. 1. O Papel do Editor

O editor de uma revista é a pessoa responsável por todo o seu conteúdo. Proprietários e editores de revistas médicas têm um esforço em comum – a publicação de uma revista confiável, de fácil leitura, produzida respeitando todos os objetivos pretendidos e os custos. Proprietários e editores, no entanto, têm funções diferentes. Os proprietários têm o direito de nomear e demitir editores e tomar importantes decisões de negócios, nas quais os editores devem estar envolvidos ao máximo, na medida do possível.

Os editores devem ter total autoridade para determinar o conteúdo editorial da revista. O conceito de liberdade editorial deve ser resolutamente defendido pelos editores, chegando ao ponto de colocarem seus cargos à disposição. Para garantir esta liberdade na prática, o editor deve ter acesso direto ao mais alto nível de propriedade, não a um gestor delegado.

Editores de revistas médicas devem ter um contrato que coloque, claramente, seus direitos e deveres, os termos gerais da nomeação e os mecanismos para a resolução de conflitos.

Um conselho editorial independente pode ser útil em ajudar o editor a estabelecer e manter políticas editoriais.

II. B. 2. Liberdade Editorial

O ICMJE adota a definição editorial de liberdade da Associação Mundial de Medicina. De acordo com esta definição, a liberdade editorial, ou a independência, é o conceito no qual os editores-chefes têm autoridade total sobre o conteúdo do editorial, do seu diário e o do momento da publicação desse conteúdo. Os proprietários não devem interferir na avaliação, seleção, na edição ou em artigos individuais, nem diretamente, ou na criação de um ambiente que influencie fortemente nas decisões. Proprietários não devem exigir dos editores a publicação de suplementos como parte do contrato. Os editores devem basear suas decisões na validade do trabalho e sua importância para os leitores da revista, não no sucesso comercial da revista. Os editores devem ser livres para expressar visões críticas, mas responsáveis sobre todos os aspectos da medicina, sem medo de retaliação, mesmo que estes pontos de vista estejam em conflito com os objetivos comerciais da editora. Editores e organizações de editores são obrigados a dar suporte ao conceito de liberdade editorial e chamar a atenção da comunidade médica internacional para as grandes transgressões que firmam tal liberdade.

II. C. Revisão por Pares

A avaliação imparcial, independente e crítica é parte intrínseca de todos os trabalhos acadêmicos, incluindo o processo científico. A revisão por pares é a avaliação crítica dos manuscritos submetidos a revistas por especialistas que não fazem parte da equipe editorial. Revisão por pares pode, portanto, ser vista como uma extensão importante do processo científico. Embora o seu valor real tenha sido pouco estudado e seja amplamente debatido (4), a revisão por pares ajuda os editores a decidir quais manuscritos são adequados para suas revistas e ajuda editores e autores a melhorar a qualidade dos relatórios. Uma revista com revisão por pares submete a maioria dos seus artigos de pesquisa publicados para uma revisão fora. O número e o tipo de manuscritos enviados para revisão, o número de revisores, os procedimentos de revisão e a utilização das opiniões dos revisores podem variar. Para o bem da transparência, cada revista deve divulgar publicamente suas políticas e a média de tempo de resposta aos Autores.

II. D. Conflitos de Interesse

A confiança pública no processo de revisão por pares e a credibilidade dos artigos publicados depende, em parte, de quão bem o conflito de interesses é administrado durante a redação, na revisão por pares e na decisão editorial. Há conflito de interesses quando um autor (ou instituição do autor), revisor ou editor tem relações financeiras ou pessoais que inadequadamente venham a influenciar (*bias/viés* médico) suas ações (tais relações também são conhecidas como compromissos duplos, interesses conflitantes ou lealdades concorrentes). Essas relações variam, desde insignificantes até aquelas com um grande potencial para influenciar o julgamento. Nem todas as relações representam verdadeiro conflito de interesses. Por outro lado, o potencial de conflito de interesse pode existir independentemente de um indivíduo acreditar que a relação afeta seu julgamento científico. Relações financeiras (tais como o emprego, consultorias, participação acionária, honorários e especialistas pagos para dar testemunho) são os conflitos mais facilmente identificáveis de interesse e os mais suscetíveis de minar a credibilidade da revista, dos autores e da própria ciência. No entanto, conflitos podem ocorrer por outras razões, tais como relações pessoais, competição acadêmica e paixão intelectual.

Todos os participantes da revisão por pares e da publicação do processo devem divulgar todas as relações que poderiam ser vistas como potenciais conflitos de interesse. A divulgação de tais relações é também importante em relação a editoriais e artigos de revisão, porque pode ser mais difícil de detectar vieses nesses tipos de publicações do que em relatos de pesquisa originais. Os editores podem usar as informações divulgadas nas declarações de conflitos de interesse e de interesses financeiros como uma base para as decisões editoriais. Os editores devem publicar essas informações, se eles acreditam que é importante, no julgamento do manuscrito.

II. D. 1. Potenciais Conflitos de Interesse Relacionados aos Compromissos dos Autores Individuais

Quando os autores submetem um manuscrito, seja um artigo ou uma carta, eles são responsáveis por revelar todas as relações pessoais ou financeiras que possam influenciar seu trabalho. Para evitar ambiguidade, os autores devem declarar explicitamente se conflitos, potenciais ou não, existem. Os autores devem fazê-lo no manuscrito em uma página de notificação de conflito de interesse que segue a página do título, fornecendo detalhes adicionais, se necessário, em uma carta que acompanha o manuscrito. (*Veja a Seção IV.A.3. Conflito de Interesses de Divulgação.*) O ICMJE desenvolveu uma **forma** de divulgação uniforme que os Editores (membros do ICMJE) conduziram em 2009. A segunda versão do formulário já está disponível, com o acompanhamento de um **Glossário**. Outros periódicos são bem-vindos a adotar essa forma.

Os autores devem identificar indivíduos que dão assistência na escrita ou qualquer outra assistência e divulgar a fonte de financiamento para essas assistências.

Os investigadores devem revelar conflitos potenciais aos participantes do estudo e devem declarar no manuscrito se o fizeram.

Os editores também precisam se decidir a publicar as informações divulgadas pelos autores sobre potenciais conflitos. Se houver dúvida, é melhor errar decidindo pela publicação.

II. D. 2. Potenciais Conflitos de Interesse Relacionados ao Apoio a Projetos

Cada vez mais, estudos individuais recebem financiamento de empresas comerciais, fundações privadas e do governo. As condições desse financiamento têm o potencial de provocar vieses e até mesmo desacreditar a pesquisa.

Os cientistas têm a obrigação ética de submeter os resultados de investigação de credibilidade para publicação. Os investigadores não devem entrar em acordos que interfiram em seu acesso a todos os dados, em sua capacidade de analisá-los de forma independente e de preparar e publicar os manuscritos. Autores devem descrever o papel do patrocinador do estudo, se houver, em um desenho do estudo; coleta, análise e interpretação dos dados; escrever o relatório, e a decisão de submeter o relatório para publicação. Se a fonte de apoio não tinha tal envolvimento, os autores devem declarar esse fato. Vieses potencialmente introduzidos quando os patrocinadores estão diretamente envolvidos na pesquisa são análogos a vieses metodológicos. Alguns periódicos, portanto, optam por incluir informações na seção dos métodos sobre o envolvimento do patrocinador.

Os editores podem solicitar que os autores de um estudo financiado por uma agência, com interesse de propriedade ou financeiro nos resultados, assinem uma declaração, como "Eu tive acesso a todos os dados deste estudo e assumo total responsabilidade pela integridade dos dados e precisão das análises". Editores devem ser encorajados a revisar cópias de protocolo e/ou contratos relacionados com estudos do projeto específico antes de aceitar tais estudos para publicação. Os editores podem solicitar a um bioestatístico independente uma análise estatística de todos os dados. Os editores podem optar por não considerar um artigo se um patrocinador reivindicar o controle sobre o direito dos autores para publicar.

II. D. 3. Potenciais Conflitos de Interesse Relacionados aos Compromissos de Editores, Equipe da Revista, ou Revisores

Os editores devem evitar selecionar revisores externos com evidentes conflitos de interesse, por exemplo, aqueles que trabalham no mesmo departamento ou instituição com qualquer um dos autores. Autores muitas vezes fornecem, aos editores, nomes de pessoas que acreditam que não devem ser solicitadas para a revisão de um manuscrito por causa do potencial, geralmente profissional, de conflitos de interesse. Quando possível, os autores devem ser solicitados a explicar ou justificar suas preocupações; pois a informação é importante aos editores, para decidirem se atendem a essas solicitações.

Os revisores devem revelar aos editores quaisquer conflitos de interesse que possam influenciar suas opiniões sobre o manuscrito, e eles devem abster-se de revisão específica dos manuscritos, se o potencial de viés existe. Como no caso de autores, o silêncio por parte dos revisores sobre potenciais conflitos pode significar que os conflitos existem e o revisor não conseguiu divulgá-los, ou que os conflitos não existem. Revisores devem, portanto, também ser solicitados a declarar, explicitamente, se os conflitos existem ou não. Revisores não devem usar o conhecimento da obra, antes de sua publicação, para promover seus próprios interesses.

Os editores que tomam as decisões finais sobre os manuscritos não devem ter nenhum envolvimento pessoal, profissional ou financeiro em qualquer uma das questões que eles possam julgar. Outros membros da equipe editorial, se parti-

ciparem nas decisões editoriais, devem fornecer aos editores uma descrição atual dos seus interesses financeiros (como eles podem estar relacionados aos julgamentos editoriais) e recusar qualquer decisão em que exista um conflito de interesses. A equipe editorial não deve usar informações obtidas através do trabalho com manuscritos para o ganho privado. Os editores devem publicar regularmente uma divulgação de declarações sobre potenciais conflitos de interesses relacionados com os compromissos da equipe da revista.

II. E. Privacidade e Confidencialidade

II. E. 1. Pacientes e Participantes do Estudo

Pacientes têm o direito a privacidade, que não deve ser violada sem um consentimento declarado. Informações de identificação, incluindo nomes, iniciais ou números de hospital não devem ser publicadas em descrições escritas, fotografias ou genealogia, a menos que a informação científica seja essencial para tais fins e o paciente (ou seus pais ou responsáveis) dê por escrito consentimento para publicação. Consentimento informado para este propósito requer que um paciente seja identificável e mostrado no manuscrito a ser publicado. Os autores devem divulgar a esses pacientes se algum material com potencial identificável pode estar disponível através da Internet, bem como em versão impressa após a publicação. O consentimento do paciente deve ser por escrito e ficar arquivado com a revista, com os autores ou com ambos, como ditado pelas normas ou leis locais. As leis variam de localidade para localidade e as revistas devem estabelecer as suas próprias políticas com orientação jurídica. Desde que a revista que archive o consentimento esteja ciente da identidade do paciente, algumas revistas podem decidir que a confidencialidade do paciente esteja mais bem guardada no arquivo do autor, a revista deve enviar uma declaração por escrito de que eles receberam e arquivaram o consentimento escrito do paciente.

Detalhes não essenciais de identificação devem ser omitidos. O consentimento informado deve ser obtido se houver qualquer dúvida de que o anonimato pode ser mantido. Por exemplo, o mascaramento da região dos olhos em fotografias de pacientes é inadequado na proteção do anonimato. Se as características de identificação são alteradas para proteger o anonimato, como em genealogias genéticas, os autores devem fornecer uma garantia, e os editores devem observar que tais alterações não distorçam o significado científico. A exigência de consentimento informado deve ser incluída nas instruções da revista para os autores. Quando o consentimento informado for obtido, deve ser indicado no artigo publicado.

II. E. 2. Autores e Revisores

Os manuscritos devem ser revistos com o devido respeito e a confidencialidade dos autores. Ao submeter seus manuscritos para revisão, os autores confiam aos editores os resultados de seus trabalhos científicos e esforço criativo, dos quais sua reputação e carreira podem depender. Direitos de autoria podem ser violados pela divulgação das informações confidenciais durante a revisão de seu manuscrito. Os revisores também têm direito ao sigilo, que deve ser respeitado pelo editor. A confidencialidade deve ser violada, se desonestidade ou fraude forem alegadas, caso contrário, deve ser honrada.

Os editores não devem revelar informações sobre manuscritos (incluindo seu recebimento, conteúdo, *status* na revisão crítica do processo, crítica de revisores ou destino final) para alguém que não os autores e revisores. Isso inclui pedidos de utilização de materiais para procedimentos legais.

Os editores devem deixar claro aos revisores que os manuscritos enviados para revisão são comunicações privilegiadas e propriedade privada dos autores. Portanto, os revisores e membros da equipe editorial devem respeitar o direito dos autores, não discutindo publicamente seu trabalho ou apropriando-se de suas ideias antes que o manuscrito seja publicado. Os revisores não devem ser autorizados a fazer cópias do manuscrito para seus arquivos e devem ser proibidos de compartilhá-lo com os outros, exceto com permissão do editor. Revisores devem devolver ou destruir as cópias de manuscritos depois de apresentar opiniões. Os editores não devem guardar cópias de manuscritos rejeitados.

Os comentários do revisor não devem ser publicados ou divulgados sem a permissão do revisor, autor e editor.

As opiniões divergem sobre se os revisores devem permanecer anônimos. Os autores devem consultar as informações de autores da revista que eles escolheram para submeter um manuscrito, a fim de determinar se as revisões são anônimas. Quando os comentários não são assinados, a identidade dos revisores não deve ser revelada ao autor ou qualquer outra pessoa sem permissão dos revisores.

Algumas revistas publicam os comentários dos revisores com o manuscrito. Em tal procedimento, deve ser adotado o consentimento dos autores e revisores. No entanto, os comentários dos revisores devem ser enviados para outras pessoas da revisão do mesmo manuscrito, o que ajuda os revisores a aprenderem com o processo de revisão. Os revisores também podem ser notificados da decisão do editor sobre aceitar ou rejeitar um manuscrito.

II. F. Proteção dos Seres Humanos e Animais em Pesquisa

Ao relatar experimentos com seres humanos, os autores devem indicar se os procedimentos seguidos estiveram de acordo com os padrões éticos do comitê responsável por experimentação humana (institucional e nacional) e da Declaração de Helsinque de 1975, revista em 2008 (5). Se houver dúvida de que a pesquisa foi realizada em conformidade com a Declaração de Helsinque, os autores devem explicar a razão para sua abordagem e demonstrar que o corpo de revisão institucional aprovou explicitamente os aspectos duvidosos do estudo. Ao relatar experimentos com animais, os autores devem indicar as orientações institucionais e nacionais para o cuidado e uso de animais de laboratório.

III. QUESTÕES RELATIVAS ÀS PUBLICAÇÕES E OS EDITORIAIS SOBRE A PUBLICAÇÃO EM REVISTAS BIOMÉDICAS

III. A. Obrigação de Publicar Estudos Negativos

Os editores devem considerar seriamente para publicação qualquer estudo bem feito de uma questão importante, relevante para seus leitores, se os resultados principais ou quaisquer resultados adicionais são estatisticamente significativos. Deixar de apresentar ou publicar descobertas devido à falta de significância estatística é uma importante causa de viés de publicação.

III. B. Correções, Tiragem e "Expressões de Preocupação"

Os editores devem assumir inicialmente que os autores estão relatando trabalho baseado em observações honestas. No entanto, dois tipos de dificuldades podem surgir.

Primeiro, os erros podem ser observados em artigos publicados que exigem a publicação de uma correção ou errata sobre parte do trabalho. As correções devem aparecer em uma página numerada, listada no índice, incluir a citação original completa e um *link* para o artigo original e vice-versa, se *online*. É concebível que um erro possa ser tão grave a ponto de invalidar todo o corpo da obra, mas isso é improvável e deve ser tratado por editores e autores em uma base individual. Tal erro não deve ser confundido com inadequações expostas pelo surgimento de novas informações científicas no curso normal da investigação. Esta última não requer correções ou retratações.

O segundo tipo de dificuldade é a fraude científica. Em caso de dúvida substancial sobre a honestidade ou a integridade do trabalho, quer submetido ou publicado, é responsabilidade do editor assegurar que a questão é esclarecida de forma adequada, geralmente pela instituição patrocinadora dos autores. Normalmente, não é da responsabilidade do editor conduzir uma investigação completa ou fazer uma determinação – posto que a responsabilidade é da instituição onde o trabalho foi feito ou com a agência de financiamento. O editor deve ser imediatamente informado da decisão final, e se um papel fraudulento tiver sido publicado, a revista deve publicar uma retratação. Se este método de investigação não resultar em uma conclusão satisfatória, o editor pode optar por conduzir sua própria investigação. Como alternativa à retratação, o editor pode optar por publicar uma “expressão de interesse” com os aspectos da conduta ou integridade da obra.

A retratação ou “expressão de interesse”, assim designada, deve aparecer em uma página numerada numa seção proeminente da revista impressa, bem como na versão *online*, estar listada no Sumário e incluir em seu cabeçalho o título do artigo original. Não deve ser simplesmente uma carta ao editor. Idealmente, o primeiro autor da retratação deve ser o mesmo que o do artigo, embora em certas circunstâncias o editor possa aceitar retratações por outras pessoas competentes. O texto da retratação deve explicar por que o artigo está sendo recolhido e incluir uma referência com citação completa desse artigo.

A validade do trabalho anterior do autor de um artigo fraudulento não pode ser assumida. Os editores podem solicitar à instituição do autor para assegurar-lhes a validade dos trabalhos anteriores publicados nas suas revistas ou recolhê-los. Se isso não for feito, os editores podem escolher publicar um anúncio expressando a preocupação de que a validade do trabalho publicado anteriormente seja incerta. Os editores que têm questões relacionadas com a má conduta editorial ou científica podem achar útil consultar as excelentes tabelas de fluxo que o Comitê de Ética de Publicação (COPE) desenvolveu (<http://www.publicationethics.org.uk>). O COPE, formado em 1997, é um fórum no qual os editores de revistas e jornais podem discutir questões relacionadas com a integridade do registro científico, que apoia e incentiva os editores de relatório a catalogar e instigar investigações sobre problemas éticos no processo de publicação. O objetivo principal do COPE é fornecer uma caixa de ressonância para os editores que se esforçam com a melhor forma de lidar com eventuais violações de ética em pesquisa e publicação.

III. C. Direitos Autorais

Muitas revistas biomédicas solicitam que os autores transfiram os direitos autorais para a revista. No entanto, um número crescente de revistas com “livre acesso”, não requer a transferência de direitos autorais. Os editores devem deixar clara

a sua posição sobre a transferência de direitos de autoria aos autores e aos outros que possam estar interessados em utilizar o conteúdo editorial de suas revistas. O estado do direito autoral de artigos em uma dada revista pode variar: alguns conteúdos não podem ser protegidos (por exemplo, os artigos escritos por funcionários dos EUA ou alguns outros governos no decurso do seu trabalho); os editores podem concordar em abrir mão de direitos autorais aos outros, e outros ainda podem estar protegidos por direitos de série (isto é, a utilização em outras publicações de revistas, incluindo publicações eletrônicas, é permitida).

III. D. Sobreposição de Publicações

III. D. 1. Submissão Duplicada

A maioria das revistas biomédicas não considera mais manuscritos que estão sendo submetidos simultaneamente a outras revistas. As principais considerações que levaram a esta política são: 1) o potencial desacordo quando duas (ou mais) revistas reivindicam o direito de publicar um manuscrito que foi submetido simultaneamente a mais de uma; e 2) a possibilidade de que duas ou mais revistas realizem desnecessariamente o trabalho de revisão por pares, editem e publiquem o mesmo artigo.

No entanto, os editores de diferentes revistas podem decidir simultaneamente ou em conjunto, publicar um artigo, se eles acreditam que isso seria de melhor interesse para a saúde pública.

III. D. 2. Publicação Redundante

Publicação redundante (ou duplicada) é a publicação de um artigo que coincide substancialmente com outro já publicado em mídia impressa ou eletrônica.

Os leitores de periódicos de fonte primária, seja impressa ou eletrônica, merecem poder confiar que o que estão lendo é original, a menos que haja uma declaração clara de que o autor e o editor intencionalmente republicaram um artigo. As bases desta posição são as leis internacionais de direitos autorais, a conduta ética e a utilização eficaz dos recursos. A publicação duplicada de pesquisa original é particularmente problemática porque pode resultar em contagem dupla ou ponderação inadequada dos resultados de um estudo único, que distorce a evidência disponível.

A maioria das revistas não deseja receber artigos sobre um trabalho que já foi relatado, em grande parte, em um artigo publicado, ou que está contido em um outro artigo que tenha sido submetido e aceito para publicação em outros lugares, em forma impressa ou em meio eletrônico. Esta política não impede a revista de considerar um artigo que tenha sido rejeitado por outra revista, ou um relatório completo que segue a publicação de um relatório preliminar, tal como um resumo ou cartaz exposto em uma reunião profissional. Também não impede as revistas de considerarem um artigo que foi apresentado em uma reunião científica, mas não foi publicado na íntegra ou que está sendo considerado para publicação em anais ou formatos similares. Breves relatos da imprensa de reuniões agendadas não são geralmente considerados como quebra desta regra, mas podem ser se os dados adicionais ou cópias de tabelas e figuras amplificarem esses relatórios. O ICMJE não considera resultados publicados em registros de ensaios clínicos como publicação anterior, se os resultados são apresentados no mesmo registro, o ICMJE aceita que o registro inicial de métodos experimentais ocorra se os resultados são publicados na forma

de um breve resumo estruturado ou tabela. O ICMJE acredita que o registro deve mostrar resultados ou citar publicações completas dos resultados, quando disponível, ou incluir uma declaração que indica que os resultados não foram ainda publicados em uma revista revisada por pares.

Ao submeter um trabalho, o autor deve sempre fazer uma declaração completa ao editor sobre todas as submissões e relatos anteriores (incluindo apresentações de reuniões e publicação dos resultados nos registros) que podem ser considerados como publicação redundante ou duplicada. O autor deve alertar o editor se o manuscrito inclui temas sobre os quais os autores publicaram um relatório anterior ou apresentaram um relatório relacionado a uma outra publicação. Tal relatório deve ser referido e referenciado no novo artigo. Cópias desse material devem ser incluídas com o manuscrito submetido para ajudar o editor a decidir como lidar com o assunto.

Se a publicação redundante ou duplicada for atacada ou ocorrer sem notificação, os autores devem esperar uma ação editorial a ser tomada. Pelo menos, a rejeição imediata do manuscrito submetido deve ser esperada. Se o editor não estava ciente das violações e o artigo já foi publicado, então um aviso de publicação redundante ou duplicada provavelmente será publicado, com ou sem a explicação do autor ou sua aprovação.

A divulgação preliminar à mídia, às agências governamentais ou aos fabricantes, de informação científica descrita em um artigo ou uma carta ao editor, que fez o aceite, mas ainda não publicado, viola as políticas de muitas revistas. Essa comunicação pode ser justificada quando o artigo ou carta descreve avanços terapêuticos ou riscos à saúde pública, tais como graves efeitos adversos das drogas, vacinas, outros produtos biológicos, dispositivos medicinais ou doenças comunicáveis. Este relatório não deve prejudicar a publicação, mas deve ser discutido e acordado com o editor, antecipadamente.

III. D. 3. A Publicação Secundária Aceitável

Certos tipos de artigos, tais como diretrizes produzidas por agências governamentais e organizações profissionais, podem precisar atingir o maior público possível. Nesses casos, os editores, às vezes deliberadamente, publicam material que também está sendo publicado em outras revistas, com o acordo dos autores e dos editores dessas revistas. A publicação secundária por várias outras razões, na mesma língua ou em outra, especialmente em outros países, é justificável e pode ser benéfica, desde que as seguintes condições sejam atendidas.

1. Os autores receberam aprovação dos editores de ambas as revistas (o editor da publicação secundária deve ter uma fotocópia da reimpressão ou manuscrito da versão primária).

2. A prioridade da publicação primária é respeitada por um intervalo de publicação de pelo menos uma semana (a menos que especificamente negociado de outra forma por ambos os editores).

3. O trabalho para publicação secundária é dirigido a um grupo diferente de leitores; uma versão resumida pode ser suficiente.

4. A versão secundária reflete fielmente os dados e interpretações da versão primária.

5. A nota de rodapé na página de rosto da versão secundária informa aos leitores, colegas e agências de documentação que o artigo foi publicado na íntegra ou em parte, afirma a principal referência. Uma nota adequada seria: "Este artigo é baseado

em um estudo publicado originalmente em [título da revista, com a referência completa]".

A permissão para tal publicação secundária deve ser gratuita.

6. O título da publicação secundária deve indicar que se trata de uma publicação secundária (republicação completa, republicação resumida, tradução completa, ou tradução resumida) de uma publicação primária. Em nota, a NLM não considera as traduções como "republicações" e não cita ou indexa traduções quando o artigo original foi publicado em uma revista que está indexada no MEDLINE.

7. Editores de revistas que publicam simultaneamente em vários idiomas devem entender que a NLM indexa os artigos na versão primária. Quando o texto completo de um artigo aparece em mais de um idioma em um número da revista (como revistas canadenses com o artigo em inglês e francês), ambas as línguas são indicadas na citação MEDLINE (por exemplo, Mercer K. The relentless challenge in health care. Health C Manage Forum. 2008 Summer;21(2):4-5. English, French. No abstract available. PMID:18795553.)

III. D. 4. Manuscritos Concorrentes Baseados no mesmo Estudo

Publicação de manuscritos que acirrem disputas de pesquisadores pode desperdiçar espaço em revista e confundir os leitores. Por outro lado, se os editores conscientemente publicam um manuscrito escrito por apenas alguns de uma equipe de colaboradores, eles poderiam estar negando ao resto da equipe seus direitos legítimos de coautoria e, aos leitores, de revista e acesso às legítimas diferenças de opinião sobre a interpretação de um estudo. Dois tipos de submissões concorrentes são considerados: submissões por colaboradores que discordam sobre a análise e interpretação de seu estudo, e submissões por colaboradores que discordam sobre quais são os fatos e quais dados devem ser relatados. Deixando de lado a questão não resolvida da propriedade dos dados, as seguintes observações gerais podem ajudar os editores e outros a enfrentar tais problemas.

III. D. 4. a. Diferenças na Análise ou Interpretação

Se a disputa está centrada na análise ou na interpretação dos dados, os autores devem submeter um manuscrito que apresente claramente as duas versões. A diferença de opinião deve ser explicada em uma carta. O processo normal de revisão por pares e editorial pode ajudar os autores a resolverem suas discordâncias a respeito da análise ou interpretação. Se a disputa não puder ser resolvida e o estudo merecer publicação, ambas as versões devem ser publicadas. As opções incluem publicar dois artigos sobre o mesmo estudo, ou um artigo único com duas análises ou interpretações. Nesses casos, seria apropriado para o editor publicar uma declaração descrevendo a discordância e o envolvimento da revista na tentativa de resolvê-la.

III. D. 4. b. Diferenças nos Métodos Relatados ou Resultados

Se a disputa está centrada em diferentes opiniões sobre o que foi realmente feito ou observado durante o estudo, o editor da revista deve recusar a publicação até que o desacordo seja resolvido. A revisão por pares não pode esperar para resolver tais problemas. Se houver alegações de desonestidade ou fraude, os editores devem informar as autoridades competentes; os autores devem ser notificados da intenção do editor de relatar uma suspeita de má conduta de pesquisa.

III. D. 5. Manuscritos Concorrentes Baseados no Mesmo Banco de Dados

Os editores às vezes recebem manuscritos de grupos de investigação separados que analisaram o mesmo conjunto de dados (por exemplo, a partir de uma base de dados pública). Os manuscritos podem diferir em seus métodos analíticos, conclusões ou em ambos. Cada manuscrito deve ser considerado separadamente. Se a interpretação dos dados é muito similar, é razoável, mas não é obrigatório que os editores deem preferência ao manuscrito que foi recebido em primeiro lugar. No entanto, a avaliação editorial de múltiplas submissões pode ser justificada sob essas circunstâncias, e pode até haver uma boa razão para publicar mais de um manuscrito, porque as diferentes abordagens analíticas podem ser complementares e igualmente válidas.

III. E. Correspondência

O autor correspondente/autor é o principal responsável pela correspondência com a revista, mas o ICMJE recomenda que os editores enviem uma cópia de qualquer correspondência a todos os autores listados.

Os periódicos biomédicos devem prover os leitores com um mecanismo para apresentação de observações, perguntas ou críticas sobre artigos publicados, bem como relatórios e comentários breves não relacionados a artigos previamente publicados. Isto provavelmente, mas não necessariamente, toma a forma de uma seção de correspondência ou coluna. Aos autores dos artigos discutidos em correspondência deve ser dada a oportunidade de responder, de preferência na mesma edição em que a correspondência original aparece. Os autores da correspondência devem ser solicitados a declarar quaisquer conflitos de interesse.

A correspondência publicada pode ser editada para o cumprimento da correção gramatical e do estilo da revista. Alternativamente, os editores podem escolher publicar correspondência não editada, por exemplo, em seções de resposta rápida na internet. A revista deve declarar suas práticas editoriais nesse sentido. Os autores devem aprovar mudanças editoriais que alterem o conteúdo ou o tom de uma carta ou resposta. Em todos os casos, os editores devem fazer um esforço para examinar descortêsias, declarações inexatas ou difamatórias e não devem permitir argumentos *ad hominem* destinados a desacreditar opiniões ou achados.

Embora os editores tenham a prerrogativa de rejeitar a correspondência que é irrelevante, desinteressante ou com faltas de convincentes, eles têm a responsabilidade de permitir uma gama de opiniões a ser expressa. A coluna de correspondência não deve ser utilizada apenas para promover o ponto de vista da revista ou dos editores.

No interesse da justiça e para manter a correspondência dentro de proporções manejáveis, as revistas podem querer estabelecer limites de tempo para responder ao material publicado e para o debate sobre um determinado assunto. As revistas também devem decidir sobre notificar os autores quando o rolamento da correspondência a respeito de seus trabalhos publicados vai aparecer nas seções padrão ou de resposta rápida. As revistas também devem definir a política em relação ao arquivamento de correspondências não editadas, que aparece *online*. Essas políticas devem ser publicadas nas versões impressa e eletrônica da revista.

III. F. Suplementos, Números Temáticos e Séries Especiais

Os suplementos são coletâneas de artigos que tratam de questões ou tópicos relacionados, são publicados como um número separado da revista ou como parte de uma edição regular, e são geralmente financiados por outras fontes que não os publicadores da revista. Há evidências de que o conteúdo do suplemento pode ser de qualidade inferior ao conteúdo da revista-mãe (6). Como fontes de financiamento podem influenciar o conteúdo dos suplementos através da escolha dos temas e pontos de vista, as revistas devem considerar a adoção dos seguintes princípios. Estes mesmos princípios se aplicam a questões temáticas ou séries especiais que tenham financiamento externo e/ou editores convidados.

1. O editor da revista deve assumir total responsabilidade pelas políticas, práticas e conteúdo dos suplementos, incluindo o controle completo da decisão para selecionar autores, revisores e o conteúdo para o suplemento. A edição não deve ser feita pela organização financiadora.

2. O editor da revista deve ter a autoridade para enviar os manuscritos do suplemento para a revisão externa pelos pares e para rejeitar os manuscritos submetidos ao suplemento. Estas condições devem ser dadas a conhecer aos autores e editores externos do suplemento antes de começar o trabalho editorial do suplemento.

3. O editor da revista deve aprovar a nomeação de qualquer editor externo do suplemento e assumir a responsabilidade pelo trabalho do editor externo.

4. A origem da ideia para o suplemento, as fontes de financiamento para a pesquisa, publicação e os produtos da fonte de financiamento que são considerados no suplemento devem ser claramente definidos em uma localização proeminente no suplemento, preferencialmente em cada página. Sempre que possível, os suplementos devem ser financiados por mais de um patrocinador.

5. A publicidade em suplementos deve seguir as mesmas políticas do restante da revista.

6. Os editores devem permitir aos leitores distinguir facilmente entre as páginas editoriais normais e páginas do suplemento.

7. Editores do periódico e do suplemento não devem aceitar favores pessoais ou remuneração dos patrocinadores de suplementos.

8. A publicação secundária em suplementos (republicação de artigos publicados em outros lugares) deve ser claramente identificada pela citação do artigo original. Os suplementos devem evitar publicação redundante ou duplicada. Suplementos não devem republicar resultados de pesquisa, mas a republicação de diretrizes ou de outro material de interesse público pode ser apropriada.

9. Os princípios de autoria e divulgação de potenciais conflitos de interesse, discutidos em outra parte deste documento, devem ser aplicados aos suplementos.

III. G. Publicação Eletrônica

A maioria das revistas biomédicas é agora publicada em formato eletrônico, bem como em versões impressas, e algumas são publicadas apenas em formato eletrônico. Posto que a publicação eletrônica (que inclui a Internet) é a mesma que publica em papel, no interesse da clareza e da coerência, as recomendações deste documento devem ser aplicadas à publicação eletrônica de informações médicas e de saúde.

A natureza da publicação eletrônica requer algumas considerações especiais, tanto dentro como além deste documento. No mínimo, os *sites* devem indicar o seguinte: nomes, credenciais apropriadas, afiliações e os conflitos de interesse relevantes dos editores, autores e colaboradores; documentação e atribuição de referências e fontes de todo o conteúdo, informações sobre direitos autorais; divulgação de propriedade do *site*; divulgação e publicidade, patrocínio e financiamento comercial.

A vinculação de um *site* de saúde ou médico para outro pode ser entendida como uma recomendação implícita da qualidade do segundo *site*. Revistas, portanto, devem ter cautela na vinculação a outros *sites*; quando os usuários estão conectados a outros *sites*, isto pode ser útil para fornecer uma declaração explícita de que eles estão deixando o *site* da revista. *Links* para outros *sites* postados como resultado de considerações financeiras devem ser claramente indicados como tal. Todas as datas de postagem de conteúdo e atualização devem ser indicadas. Tanto no *layout* eletrônico como na mídia impressa; publicidade e mensagens promocionais não devem ser justapostas ao conteúdo editorial, e conteúdos comerciais devem ser claramente identificados como tal.

A publicação eletrônica ocorre em fluxo. Os editores devem desenvolver, disponibilizar autores e implementar políticas sobre questões exclusivas à publicação eletrônica. Essas questões incluem arquivamento, correção de erros, controle de versão, escolha da versão eletrônica ou impressa da revista como a publicação de material auxiliar.

Sob nenhuma circunstância uma revista deve remover um artigo de seu *site* ou arquivo. Se uma correção ou retratação se torna necessária, a explicação deve ser rotulada adequadamente e comunicada o mais rápido possível em uma página citável em uma edição posterior da revista.

A preservação dos artigos eletrônicos em um arquivo permanente é essencial para o registro histórico. O acesso ao arquivo deve ser imediato e controlado por uma terceira parte, tal como uma biblioteca, em vez da editora. O depósito em arquivos múltiplos é incentivado.

III. H. Publicidade

A maioria das revistas médicas possui publicidade, o que gera renda para seus editores, mas não deve ser permitido que a publicidade influencie as decisões editoriais. As revistas devem ser formais, explícitas, com políticas escritas para a publicidade, tanto em versões impressas como eletrônicas; a política de propaganda do *site* deve ter paralelo com os jornais impressos. Os editores devem ter autoridade total e final para a aprovação de anúncios e fazer cumprir a política de publicidade.

Quando possível, os editores devem fazer uso dos juízos de organismos independentes para rever a publicidade. Os leitores devem ser capazes de distinguir rapidamente publicidade e material editorial. A justaposição de material editorial e propaganda sobre os mesmos produtos ou assuntos deve ser evitada. Intercalar páginas de publicidade dentro de artigos interrompe o fluxo do conteúdo editorial e deve ser desencorajado. A publicidade não deve ser vendida com a condição de que ela vai aparecer na mesma edição como um artigo particular.

As revistas não devem ser dominadas pela propaganda, mas os editores devem ser cuidadosos sobre a publicação de anúncios de apenas um ou dois anunciantes, assim os leitores podem perceber que esses anunciantes influenciaram o editor.

As revistas não devem publicar anúncios de produtos que provaram ser gravemente prejudiciais à saúde, por exemplo, cigarros. Os editores devem garantir que as atuais normas regulamentares ou da indústria de anúncios específicos para o seu país sejam aplicadas, ou desenvolver seus próprios padrões. Os interesses de organizações ou agências não devem controlar a não exibição de propaganda, exceto quando exigido por lei. Finalmente, os editores devem considerar todas as críticas de anúncios para publicação.

III. I. Revistas Médicas e a Mídia em Geral

O interesse público na notícia da pesquisa médica levou os meios de comunicação populares a competirem vigorosamente para obter informações sobre a pesquisa. Pesquisadores e instituições de pesquisa, por vezes, incentivam a divulgação nos meios de comunicação não médicos antes da publicação completa em uma revista científica, segurando uma conferência de imprensa ou dando entrevistas.

O público tem direito às informações médicas importantes dentro de um período razoável de tempo, e os editores têm a responsabilidade de facilitar este processo. Os periódicos biomédicos são publicados primariamente para seus leitores, mas o público em geral tem um interesse legítimo em seu conteúdo: um equilíbrio adequado entre estas considerações deve orientar a interação da revista com a mídia. Médicos na prática precisam ter relatórios disponíveis em todos os detalhes antes que eles possam aconselhar seus pacientes sobre as conclusões dos relatórios. Além disso, reportagens de investigação científica antes que o trabalho tenha sido revisado e totalmente controlado podem levar à disseminação de conclusões imprecisas ou prematuras.

Um sistema de embargo foi estabelecido em alguns países para impedir a publicação de matérias na mídia em geral antes da publicação da pesquisa original na revista. O embargo cria um "padrão mínimo" que a maioria dos repórteres aprecia, uma vez que minimiza a pressão sobre eles para publicar histórias que não tiveram tempo para preparar com cuidado. Consistência no momento da divulgação pública de informações biomédicas é também importante para minimizar o caos econômico, uma vez que alguns artigos contêm informações com grande potencial para influenciar os mercados financeiros. Por outro lado, o sistema de embargo tem sido contestado como sendo autosserviço dos interesses das revistas e um impedimento para uma rápida divulgação da informação científica.

Os editores podem considerar úteis as seguintes recomendações, caso procurem estabelecer políticas sobre estas questões.

- Os editores podem promover a transmissão ordenada de informação médica de pesquisadores, através de revistas e jornais, para o público. Isto pode ser feito mediante um acordo com os autores, de que eles não vão divulgar o seu trabalho enquanto o manuscrito estiver sob consideração ou aguardando publicação; e um acordo com a mídia de que não vai liberar histórias antes da publicação da pesquisa original na revista, em troca de que a revista irá cooperar com eles na preparação de matérias precisas.

- Os editores precisam ter em mente que um sistema de embargo funciona com base no sistema de honra; nenhuma aplicação formal ou mecanismo de policiamento existe. A decisão de um número significativo de meios de comunicação ou revistas biomédicas de não respeitar o sistema de embargo levaria a sua rápida dissolução.

- Muitas pesquisas médicas de pequeno porte possuem implicações clínicas tão claras e urgentes para a saúde pública, que as notícias sobre elas devem ser liberadas antes de sua publicação completa em uma revista médica. No entanto, se tais circunstâncias ocorrem excepcionalmente, as autoridades competentes responsáveis pela saúde pública devem decidir quanto à disseminação de tais informações para os médicos e os meios de comunicação com antecedência, e devem ser responsáveis por essa decisão. Se o autor e as autoridades competentes desejam ter um manuscrito considerado por uma revista em particular, o editor deve ser consultado antes de qualquer divulgação pública. Se os editores reconhecem a necessidade de liberação imediata, eles devem renunciar às suas políticas de limitar a publicidade da pré-publicação.

- As políticas destinadas a limitar a publicidade pré-publicação não devem aplicar-se a contas nos meios de comunicação de apresentações em reuniões científicas ou aos resumos destas reuniões (ver Publicação Redundante). Os pesquisadores que apresentem seu trabalho em um encontro científico devem se sentir livres para discutir suas apresentações com os jornalistas, mas devem ser desencorajados a oferecer mais detalhes sobre seu estudo do que o apresentado na palestra.

- Quando um artigo deve ser brevemente publicado, os editores devem ajudar a mídia a preparar relatos precisos, fornecendo *releases*, respondendo perguntas, fornecendo cópias antecipadas da revista, ou referindo repórteres para os especialistas adequados. Esta assistência deverá ser condicionada à cooperação da mídia em cronometrar o lançamento de uma história para coincidir com a publicação do artigo.

- Os editores, os autores e a mídia devem aplicar os princípios acima mencionados ao material lançado no início de versões eletrônicas das revistas.

III. J. Obrigatoriedade do Registro de Ensaio Clínico

O ICMJE acredita que é importante promover uma base de dados de ensaios clínicos abrangentes à disposição do público. O ICMJE define um ensaio clínico como qualquer projeto de pesquisa que designa sujeitos humanos para intervenção ou comparação concomitante e grupos de controle para estudar causa e efeito relacionada a uma intervenção médica e a um resultado de saúde. As intervenções médicas incluem medicamentos, procedimentos cirúrgicos, dispositivos, tratamentos comportamentais, mudanças no processo de cuidados médicos e assuntos semelhantes.

Os membros do ICMJE exigirão como condição de consideração para publicação em seus periódicos, o registro público dos ensaios. Os detalhes dessa política estão contidos numa série de editoriais (ver Editoriais, sob FAQ "Perguntas mais frequentes"). O ICMJE incentiva os editores de outras revistas biomédicas a adotarem política semelhante.

O ICMJE não defende um registro, em particular, mas as revistas associadas vão exigir que os autores registrem seus ensaios e que os mesmos atendam a vários critérios. O registro deve ser acessível ao público gratuitamente. Deve ser aberto a todos os inscritos e gerido por uma organização sem fins lucrativos. Tem de haver um mecanismo para garantir a validade dos dados cadastrais e o registro deve ser acessível por meio eletrônico. O registro de ensaios com campos faltantes ou campos que contenham terminologia pouco informativa é inadequado.

É importante notar que o ICMJE exige registro da metodologia da pesquisa, mas não o dos resultados dos estudos, que reconhece os problemas potenciais que poderiam surgir a partir da publicação dos resultados da investigação que não tenham sido submetidos a um processo de avaliação independente pelos pares. No entanto, o ICMJE entende que o americano FDAAA (*Food and Drug Administration Amendments Act*), de acordo com atos de 2007, exige dos pesquisadores o registro dos resultados. O ICMJE não considera os resultados para publicação anterior se eles forem postados no mesmo registro do ensaio clínico primário como o registro inicial e se os resultados forem postados na forma tabular ditada pelo FDAAA. Os pesquisadores devem estar cientes de que os editores das revistas que seguem as recomendações do ICMJE podem considerar a descrição mais detalhada dos resultados dos estudos e os resultados publicados em outros registros do que o registro primário (no caso do FDAAA, *clinicaltrials.gov*) para ser uma publicação prévia. O ICMJE antecipa que a situação para o registro dos resultados mudará drasticamente nos próximos anos, e o ICMJE pode necessitar fazer emendas a essas recomendações e adicionais a agências e institutos, e outros mandatos relacionados ao registro de resultados.

O ICMJE recomenda que as revistas publiquem o número de registro da pesquisa no final do resumo. O ICMJE também recomenda que sempre que um número de registro estiver disponível, os autores listem este número pela primeira vez e usem uma sigla de teste para se referirem tanto à pesquisa que estão relatando quanto a outros estudos que eles mencionaram no manuscrito.

IV. PREPARAÇÃO E SUBMISSÃO DO MANUSCRITO

IV. A. Preparando um Manuscrito para Submissão a uma Revista Biomédica

Editores e revisores passam muitas horas lendo manuscritos e, portanto, apreciam receber manuscritos que são fáceis de ler e editar. Muitas das instruções para os autores em uma revista são projetadas para atingir esse objetivo, de forma que as necessidades editoriais atendam a cada revista em particular. As informações a seguir fornecem orientações na elaboração de manuscritos para qualquer revista.

IV. A. 1. a. Princípios Gerais

O texto de artigos de observação e experimentação é geralmente (mas não necessariamente) dividido nas seguintes seções: Introdução, Métodos, Resultados e Discussão. A assim chamada estrutura "IMRAD" não é um formato de publicação arbitrária, mas sim uma reflexão direta do processo de descoberta científica. Artigos longos podem necessitar de subtítulos dentro de algumas seções (especialmente Resultados e Discussão) para esclarecer seu conteúdo. Outros tipos de artigos, tais como relatos de caso, análises e editoriais, provavelmente terão que ser formatados de maneira diferente.

Formatos eletrônicos criaram oportunidades para adicionar detalhes ou seções inteiras, informações em camadas, cruzamento de *links* ou extrair partes dos artigos e coisas do gênero apenas na versão eletrônica. Os autores precisam trabalhar em estreita colaboração com os editores no desenvolvimento ou na utilização de tais formatos em novas publicações, e devem apresentar material suplementar eletrônico na revisão por pares.

Duplo espaçamento de todas as partes do manuscrito – incluindo a página do título, o resumo, o texto, os agradecimen-

tos, as referências, as tabelas individuais, legendas – e margens generosas tornam possível aos editores e revisores editar o texto linha por linha e acrescentar comentários e perguntas diretamente sobre a cópia em papel. Se os manuscritos são submetidos eletronicamente, os arquivos devem ter espaço duplo para facilitar a impressão de revisão e edição. Os autores devem numerar todas as páginas do manuscrito consecutivamente, começando com a página do título, para facilitar o processo editorial.

IV. A. 1. b. Diretrizes para Relatórios de Desenhos de Estudo Específico

Os relatórios de pesquisa frequentemente omitem informações importantes. Orientações para os relatórios têm sido desenvolvidas para um número de desenhos de estudo que algumas revistas podem solicitar aos autores a seguir. Os autores devem consultar as Informações para os Autores das revistas que escolheram.

Os requisitos gerais listados na próxima seção relacionam os elementos essenciais para todos os modelos de desenhos de estudo. Os autores são também encorajados a consultar diretrizes de relatos relevantes ao seu projeto de pesquisa específico. Uma boa fonte de relato de diretrizes é a Rede EQUADOR (<http://www.equator-network.org/home/>).

IV. A. 2. Página do Título

A página do título deve ter as seguintes informações:

1. Título do artigo. Títulos concisos são mais fáceis de ler do que longos e complicados. Títulos que são demasiadamente curtos podem, no entanto, carecer de informações essenciais, tais como o desenho do estudo (que é particularmente importante na identificação ao acaso e nos ensaios clínicos controlados). Os autores devem incluir todas as informações no título que vai fazer a recuperação eletrônica do artigo sensível e especificamente.

2. Os nomes dos autores e afiliações institucionais. Algumas revistas publicam o mais alto grau acadêmico de cada autor, enquanto outras, não.

3. O nome do(s) departamento(s) e instituição(ões) aos quais o trabalho deve ser atribuído.

4. Exoneração de responsabilidade, se houver.

5. Informações dos contatos para autores correspondentes. O nome, endereço, números de telefone e de fax e endereço de e-mail do autor responsável pela correspondência sobre o manuscrito (o "autor correspondente"; esse autor pode ou não ser o "responsável" pela a integridade do estudo). O autor correspondente deve indicar claramente se seu endereço de e-mail pode ser publicado.

6. O nome e o endereço do autor, a quem pedidos de separatas devem ser dirigidos ou uma declaração de que reimpressões não são disponibilizadas pelos autores.

7. Fonte(s) de apoio na forma de subsídios, equipamentos, drogas, ou todos esses.

8. Um cabeçalho com o título. Algumas revistas solicitam um pequeno cabeçalho com o título ou um rodapé, geralmente não mais que 40 caracteres (incluindo letras e espaços) ao pé da página. Cabeçalhos com o título são publicados na maioria das revistas, mas também são usados às vezes pelo editorial para arquivamento e localização de manuscritos.

9. Contagem de palavras. Uma contagem de palavras apenas para o texto (excluindo resumo, agradecimentos, legendas de figuras e referências) permite aos editores e revisores

acessar as informações contidas no artigo, garante a quantidade de espaço dedicada a ele e se o manuscrito submetido se enquadra nos limites de palavras da revista. A contagem de palavras separada para o resumo é útil pela mesma razão.

10. O número de figuras e tabelas. É difícil para o corpo editorial e os revisores determinarem se as figuras e tabelas que deveriam ter acompanhado um manuscrito foram realmente incluídas, a menos que o número de figuras e tabelas seja anotado na página do título.

IV. A. 3. Conflito de Interesse Página de Notificação

Para evitar que potenciais conflitos de interesse sejam esquecidos ou extraviados, esta informação tem de ser parte do manuscrito. O ICMJE criou um formato uniforme de divulgação para ser utilizado pelas revistas membros do ICMJE (http://www.icmje.org/coi_disclosure.pdf) e outras revistas são bem-vindas a adotar essa forma. Revistas individuais podem variar sobre onde incluir esta informação, e algumas revistas não enviam informações sobre conflitos de interesse aos seus revisores. (Veja a Seção II. D. Conflitos de Interesses.)

IV. A. 4. Resumos

Resumos estruturados são os preferidos para a pesquisa original e revisões sistemáticas. O resumo deve fornecer o contexto ou a base para o estudo e deve indicar o propósito do estudo, procedimentos básicos (seleção dos sujeitos de estudo ou animais de laboratório, métodos observacionais e analíticos), principais achados (fornecendo dados específicos e seu significado estatístico, se possível), principais conclusões e fontes de financiamento. Deve enfatizar o novo, os aspectos importantes do estudo e as observações. Artigos sobre ensaios clínicos devem conter resumos que incluem os itens que o grupo CONSORT identificou como essenciais (<http://www.consort-statement.org/~V? 1190>).

Como os resumos são a única parte substancial dos artigos indexados em muitas bases de dados eletrônicos, e apenas o que muitos leitores leem, os autores precisam ter cuidado com a exatidão com que os mesmos refletem o conteúdo do artigo. Infelizmente, informações contidas em muitos resumos diferem do texto (7). O formato requerido para resumos estruturados difere de periódico para periódico, e algumas revistas utilizam mais de um formato; autores precisam preparar seus resumos no formato especificado pela revista que escolheram.

O ICMJE recomenda que as revistas publiquem o número de registro da pesquisa no final do resumo. O ICMJE também recomenda que, sempre que um número de registro estiver disponível, os autores devem listar o número quando usarem pela primeira vez uma sigla de teste para se referirem tanto às pesquisas que eles estão reportando, quanto às que eles mencionam no manuscrito.

IV. A. 5. Introdução

Proporcionar um contexto ou uma base para estudo (isto é, a natureza do problema e o seu significado). Declare o propósito específico, o objetivo da pesquisa ou a hipótese testada pelo estudo ou observação; o objetivo da pesquisa é muitas vezes mais preciso quando colocado como uma pergunta. Ambos os objetivos principais e secundários devem ser claros e quaisquer requisitos uniformes submetidos a revistas biomédicas devem ser pré-especificados e descritos como análises de subgrupos. Fornecer apenas referências diretamente pertinentes e não incluir dados ou conclusões do trabalho que está sendo relatado.

IV. A. 6. Métodos

A seção de Métodos deve incluir apenas informação que estava disponível no momento em que o plano ou protocolo de estudo estava sendo escrito, todas as informações obtidas durante o estudo pertencem à seção de Resultados.

IV. A. 6. a. Seleção e Descrição dos Participantes

Descreva a sua seleção da observação ou experimentação dos participantes (pacientes ou animais de laboratório, incluindo controles), evidentemente incluindo critérios de elegibilidade e de descrição da população-fonte. Devido à relevância de tais variáveis, como idade e sexo, para o objeto da pesquisa nem sempre ser clara, os autores devem explicar seu uso quando são incluídos num estudo relatório – por exemplo, por que somente os participantes de determinada faixa etária foram incluídos ou por que as mulheres foram excluídas. O princípio orientador deve ser claro, sobre como e por que um estudo foi feito de determinada maneira. Quando os autores utilizam como variáveis uma raça ou etnia, devem definir como medem essas variáveis e como justificam sua relevância.

IV. A. 6. b. Informação Técnica

Identificar os métodos, aparatos (dar as instruções quanto ao nome do fabricante e o endereço entre parênteses) e procedimentos em detalhes suficientes para permitir que outros reproduzam os resultados. Dê as referências de métodos estabelecidos, incluindo dados do método estatístico (ver abaixo); forneça referências e breves descrições para os métodos que têm sido publicados, mas não são bem conhecidos; descreva métodos novos ou substancialmente modificados, dê as razões para seu uso, e avalie suas limitações. Identifique com precisão todas as drogas e os produtos químicos utilizados, incluindo o(s) nome(s) genérico(s), dose(s), e via(s) de administração. Os autores que submetem manuscritos de revisão devem incluir uma seção descrevendo os métodos utilizados para localizar, selecionar, extrair e sintetizar os dados. Estes métodos também devem ser descritos no resumo.

IV. A. 6. c. Estatística

Descreva os métodos estatísticos com detalhes suficientes para permitir que um leitor, com acesso aos dados originais, possa verificar os resultados relatados. Quando possível, quantificar os achados e apresentá-los com indicadores apropriados de medição, erro ou incerteza (como intervalos de confiança). Evite confiar apenas em testes de hipóteses estatísticas, tais como os valores de P , que falham e não conseguem transmitir informações importantes sobre o tamanho do efeito. Referências para o desenho de estudo e os métodos estatísticos devem ser obras-padrão, quando possível (com páginas indicando). Defina os termos estatísticos, abreviações e a maioria dos símbolos. Especifique o *software* de computador utilizado.

IV. A. 7. Resultados

Apresente seus resultados em sequência lógica no texto, nas tabelas e nas ilustrações, dando primeiramente as mais importantes e principais conclusões. Não repetir todos os dados das tabelas ou ilustrações no texto; enfatizar ou resumir somente as observações mais importantes. Materiais extras ou suplementares e detalhes técnicos podem ser colocados em um apêndice no qual eles estarão acessíveis, mas não deverão interromper o fluxo do texto, ou eles poderão ser publicados unicamente na versão eletrônica da revista. Quando os dados são resumidos na seção

de resultados, forneça resultados numéricos, não apenas como derivados (por exemplo, percentagens), mas também como números absolutos a partir dos quais os derivados foram calculados e especifique os métodos estatísticos utilizados para analisá-los. Restringir tabelas e figuras àquelas necessárias para explicar o argumento do estudo e a avaliação de dados de apoio. Use gráficos como uma alternativa às tabelas com muitas entradas; não duplique dados em gráficos e tabelas. Evitar o uso de termos não técnicos em estatística, tais como "randomizado" (que implica um dispositivo aleatório), "normal", "significativas", "correlações" e "exemplo". Onde forem cientificamente apropriadas, análises dos dados por meio de variáveis, tais como idade e sexo, devem ser incluídas.

IV. A. 8. Discussão

Enfatize os aspectos novos e importantes do estudo e as conclusões que deles derivam no contexto da totalidade das melhores evidências disponíveis. Não repita, detalhadamente, dados ou outras informações dadas na Introdução ou na seção de Resultados. Para estudos experimentais, é útil, iniciar a discussão resumindo brevemente os principais achados, então posteriormente explorar os possíveis mecanismos ou explicações para esses achados, comparar e contrastar os resultados com outros estudos relevantes, declarar as limitações do estudo e explorar as implicações dos achados para pesquisas futuras e prática clínica.

Relacione as conclusões com os objetivos do estudo, mas evite afirmações não qualificadas e conclusões não adequadamente apoiadas pelos dados. Em particular, evite fazer afirmações sobre benefícios econômicos e custos, a menos que o manuscrito inclua os dados econômicos e as análises. Evite reivindicação de prioridade ou fazer alusão a trabalhos que não foram concluídos. Estabeleça novas hipóteses, quando justificadas, mas as classifique claramente como tal.

IV. A. 9. Referências

IV. A. 9. a. Considerações Gerais Relacionadas às Referências

Apesar de as referências para revisão de artigos serem uma eficiente maneira de orientar os leitores, rever artigos nem sempre reflete o trabalho original com precisão. Os leitores devem, portanto, fornecer referências diretas às fontes originais de pesquisa, sempre que possível. Por outro lado, extensas listas de referências acrescentadas a um trabalho original podem utilizar espaço excessivo na página impressa. Um pequeno número de referências serve tão bem quanto uma lista mais exaustiva, pois permite aos leitores recuperar a literatura publicada de forma eficiente, particularmente desde que as referências puderam ser adicionadas na versão eletrônica dos estudos publicados e a busca eletrônica de artigos permitiu aos leitores recuperar a literatura publicada de forma eficiente. Evite usar resumos como referências. As referências a trabalhos aceitos, ainda não publicados, devem ser designadas como "no prelo" ou "próximo ao lançamento"; os autores deverão obter por escrito a permissão para citar tais artigos, bem como a verificação que tenham sido aceitos para publicação. Informações de manuscritos submetidos, mas não aceitos, devem ser citadas no texto como "observações não publicadas" com permissão por escrito da fonte. Evite citar "comunicações pessoais", a menos que estas forneçam informações essenciais não disponíveis a partir de uma fonte, pública, caso em que o nome da pessoa e a data das comuni-

IV. A. 13. Unidades de Medição

Medidas de comprimento, altura, peso e volume devem ser relatadas em unidades métricas (metro, quilograma ou litro) ou seus múltiplos decimais. As temperaturas devem estar em graus Celsius. A pressão sanguínea deve ser em milímetros de mercúrio, a menos que outra unidade seja especificamente exigida pela revista. Revistas variam quanto às unidades que utilizam para relatar hematologias, química clínica e outras medidas. Os autores devem consultar as "Instruções para autores" de cada revista, em particular, e relatar informações laboratoriais tanto locais como internacionais, de acordo com o Sistema de Unidades (SI). Editores poderão solicitar que os autores adicionem unidades alternativas ou unidades não expressas no Sistema de Unidades (SI), devido a estas unidades não serem universalmente utilizadas. As concentrações de drogas podem ser reportadas, em qualquer SI ou unidades de massa, mas esta alternativa deve ser fornecida entre parênteses, quando necessário.

IV. A. 14. Abreviaturas e Símbolos

Use apenas abreviaturas padrão, o uso das abreviaturas fora de padrão pode ser confuso para os leitores. Evite abreviaturas no título do manuscrito. A abreviatura e seu significado por extenso seguido da sigla entre parênteses devem ser usados na primeira menção feita, a menos que a abreviatura seja uma unidade-padrão de medida.

IV. B. Envio do Manuscrito à Revista

Um número crescente de revistas aceita agora a submissão eletrônica de manuscritos, seja em CD, por *e-mail* ou baixando diretamente no *site* da revista pela internet. A submissão eletrônica economiza tempo e dinheiro, permitindo que o manuscrito seja tratado de forma eletrônica durante todo o processo editorial (por exemplo, quando ele é enviado para revisão). Para obter instruções específicas sobre a submissão por via eletrônica, os autores devem consultar "Instruções para autores" da própria revista. Se uma versão em papel do manuscrito é submetida, envie o número necessário de cópias do manuscrito e das figuras; todos eles são necessários para a revisão e edição, e o pessoal do editorial não pode fornecer tais cópias. Os manuscritos devem ser acompanhados de uma carta de apresentação, que deve incluir as seguintes informações:

- Uma declaração completa ao editor sobre todas as submissões e relatórios prévios que possam ser considerados redundantes na publicação da mesma obra ou de um trabalho muito semelhante. Qualquer trabalho deve ser referido especificamente e referenciado no novo artigo. As cópias desse material devem ser incluídas com o artigo submetido para ajudar o editor na avaliação.
- Uma declaração de relacionamentos financeiros ou outros que pode levar a um conflito de interesses, caso esta informação não esteja incluída no manuscrito em si ou em um dos formulários preenchidos pelos autores.
- Uma declaração de que o manuscrito foi lido e aprovado por todos os autores e que todos os requisitos para autoria, como dito anteriormente neste documento, foram cumpridos e que cada autor acredita que o manuscrito representa um trabalho honesto, se esta informação não foi fornecida de outro modo (ver abaixo).
- O nome, endereço e o número de telefone do autor correspondente, que é responsável em comunicar-se com os outros autores sobre as revisões e aprovação final das provas, caso esta informação não esteja incluída no manuscrito em si.

A carta deve fornecer qualquer informação adicional que pode ser útil para o editor, tais como o tipo ou formato do artigo da revista, em particular, que o manuscrito representa. Se o manuscrito foi submetido previamente a outra revista, é de grande utilidade incluir o editor anterior e os comentários dos revisores junto com o manuscrito submetido, mais as respostas dos autores a esses comentários. Editores incentivam os autores a submeter essas comunicações prévias. Isso pode acelerar o processo de revisão.

Muitas revistas agora fornecem uma lista de verificação de pré-submissão para ajudar o autor e assegurar que todos os componentes foram incluídos. Algumas revistas agora também exigem dos autores listas completas para relatos de certos tipos de estudo (por exemplo, a lista CONSORT para relatórios de ensaios aleatórios e controlados). Os autores devem verificar para ver se a revista usa listas desse tipo e enviá-las junto com o manuscrito, se forem solicitadas.

Cartas de permissão para reproduzir material previamente publicado, uso de ilustrações previamente lançadas, reportar informações sobre as pessoas identificadas ou para reconhecer pessoas por suas contribuições devem acompanhar o manuscrito.

V. REFERÊNCIAS

A. Referências Citadas neste Documento

1. Davidoff F, for the CSE Task Force on Authorship. Who's the author? Problems with biomedical authorship, and some possible solutions. *Science Editor*. 2000;23:111-9.
2. Yank V, Rennie D. Disclosure of researcher contributions: a study of original research articles in *The Lancet*. *Ann Intern Med*. 1999;130:661-70.
3. Flanagin A, Fontanarosa PB, DeAngelis CD. Authorship for research groups. *JAMA*. 2002;288:3166-8.
4. Godlee F, Jefferson T. *Peer Review in Health Sciences*. London: BMJ Books; 1999.
5. <http://www.wma.net/e/policy/b3.htm> (accessed June 26, 2009).
6. Rochon PA, Gurwitz JH, Cheung CM, Hayes JA, Chalmers TC. Evaluating the quality of articles published in journal supplements compared with the quality of those published in the parent journal. *JAMA*. 1994;272:108-13.
7. Pitkin RM, Branagan MA, Burmeister LF. Accuracy of data in abstracts of published research articles. *JAMA*. 1999;281:1110-1.

B. Outras Fontes de Informação Relacionadas com as Revistas Biomédicas

Journals World Association of Medical Editors (WAME)
Council of Science Editors (CSE)
European Association of Science Editors (EASE)
Cochrane Collaboration Committee on Publication Ethics (COPE)
 EQUATOR NETWORK <http://www.equator-network.org>.

VI. SOBRE O COMITÊ INTERNACIONAL DE EDITORES DE REVISTAS MÉDICAS

O ICMJE é um grupo de editores de periódicos médicos gerais, cujos participantes se reúnem anualmente e financiam seu trabalho sobre os Requisitos Uniformes para Manuscritos. O CMJE solicita comentários sobre este documento e sugestões para itens da agenda.

VII. AUTORES DOS REQUISITOS UNIFORMES PARA MANUSCRITOS SUBMETIDOS A PERIÓDICOS BIOMÉDICOS

As revistas e organizações participantes do ICMJE e seus representantes, que aprovaram a revisão Uniforme revista dos Requisitos da Revista em Abril de 2010 incluem *Annals of Internal Medicine*, *British Medical Journal*, *Canadian Medical Association Journal*, *China Medical Journal*, *Croatian Medical Journal*, *Journal of the American Medical Association*, *Nederlands Tijdschrift voor Geneeskunde* (Revista Médica Holandesa), *New England Journal of Medicine*, *New Zealand Medical Journal*, *The Lancet*, *The Medical Journal of Australia*, *Revista Médica de Chile*, *Tidsskrift for Den Norske Lægeforening* (Revista da Associação Médica Norueguesa), *Ugeskrift for Læger* (Revista da Associação Médica Dinamarquesa), a NLM EUA, e a Associação Mundial de Editores Médicos.

VIII. USO, DISTRIBUIÇÃO E TRADUÇÃO DOS REQUISITOS UNIFORMES

Os usuários podem imprimir, copiar e distribuir este documento sem custos adicionais. O ICMJE não faz cópias em papel (ou reimpressões) deste documento.

A política do ICMJE é para as organizações interessadas em acessar o documento em língua oficial inglesa em www.ICMJE.org. O ICMJE não endossa postagem do documento em outros sites além do ICMJE.

O ICMJE congratula-se com organizações para reimprimir ou traduzir este documento em outros idiomas além do inglês, sem fins lucrativos. No entanto, o ICMJE não tem recursos para traduzir, traduzir de volta ou aprovar reimpressos ou versões traduzidas do documento. Assim, quaisquer traduções devem destacar a seguinte declaração: "Esta é uma versão (reimpressão/nome do idioma de inserção; linguagem/tradução) dos Requisitos Uniformes do ICMJE para os manuscritos submetidos a revistas biomédicas. (Inserir nome da organização) preparou esta tradução com o apoio e a partir de (inserir o nome da fonte de financiamento, se houver). O ICMJE não endossou nem aprovou o conteúdo desta reimpressão/tradução. O ICMJE periodicamente atualiza os Requisitos Uniformes, de modo que esta reimpressão/tradução preparada em (inserir

data) pode não representar fielmente a atual versão oficial em www.ICMJE.org. A versão oficial dos Requisitos Uniformes para Manuscritos Submetidos a Revistas Biomédicas está localizada em www.ICMJE.org."

Nós não exigimos de indivíduos ou organizações que reimprimam ou traduzam os Requisitos Uniformes para Manuscritos Submetidos a revistas biomédicas, a obtenção formal ou permissão por escrito do ICMJE. No entanto, o ICMJE solicita que tais indivíduos ou organizações forneçam à secretária do ICMJE uma citação da reimpressão ou tradução para que o ICMJE possa manter um registro de tais versões do documento.

IX. QUESTIONAMENTOS

Antes de enviar qualquer pergunta, por favor, consulte Perguntas mais Frequentes (FAQ) em www.icmje.org, pois esta seção do *website* fornece respostas para as perguntas mais comuns.

Questões sobre os Requisitos Uniformes devem ser enviadas para o escritório da Secretaria do ICMJE usando o *link* "Contato ICMJE" na página inicial do www.icmje.org. Solicita-se não fazer perguntas diretas sobre estudos individuais, estilos individuais de revistas, ou políticas individuais de revistas para a secretaria do ICMJE. O ICMJE não arquiva informações de contatos individuais de revistas. Manuscritos destinados à submissão de uma revista devem ser enviados diretamente para a revista, e não para o ICMJE.

Esta é uma tradução em português dos Requisitos Uniformes do ICMJE para os manuscritos submetidos a revistas biomédicas. A Revista Fluminense de Medicina - RFM - preparou esta tradução a partir de financiamento próprio. O ICMJE não endossou nem aprovou o conteúdo desta reimpressão/tradução. O ICMJE periodicamente atualiza Requisitos Uniformes, de modo que esta reimpressão/tradução preparada em agosto de 2012 pode não representar fielmente a atual versão oficial em www.ICMJE.org. A versão oficial dos Requisitos Uniformes para Manuscritos Submetidos a Revistas Biomédicas está localizada em www.ICMJE.org.